

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A COMPREENSÃO DAS VULNERABILIDADES INFANTO JUVENIS E O PAPEL DA PREVENÇÃO. Nascimento Deise Fernandes, Freitas Marcos Cezar

Instituição: Universidade Federal do Estado de São Paulo – UNIFESP – Campus Guarulhos – Telefone: 55 11 99974 3961 – E-mail: dfernandesn@yahoo.com.br ou marcos.cezar@unifesp.br – Brasil

Meios de apresentação:

Apresentação oral. Será necessário equipamento de multimídia – Data show

Introdução

O Programa Escola que Protege é um programa de formação continuada para professores das redes públicas de ensino e também para profissionais de saúde da assistência social. As intervenções estão baseadas num conjunto de ações e pesquisas voltadas para a prevenção de violências contra crianças e adolescentes. Portanto, ele só faz sentido plenamente se protagonizar intensa conexão com a comunidade.

Sua base territorial no Município de Guarulhos são dos distritos de Água Chata e Pimentas que subdividem o Bairro dos Pimentas, com cerca de 300 mil habitantes.

O foco deste programa exige uma compreensão mais elaborada dos conceitos de “forma escolar”, “forma social”, “ética” e “inclusão” para que a assimilação de pressupostos de saúde e dos direitos humanos se dê com densidade.

Inclusão e ética são palavras consumidas diariamente nos meios educacionais. Porém, raramente são levadas em consideração quando processos de prevenção são articulados.

A palavra inclusão tem sido um guarda chuva que abriga sob si inúmeros clamores, todos relacionados à expectativa de fazer com que a escola abranja a todos indistintamente.

A palavra ética direta ou indiretamente tem sido usada como se fosse uma ferramenta necessária não para ajustar propostas, mas para indicar práticas necessárias para garantir que o contrário da inclusão, ou seja, a exclusão, não seja convertida num “valor defensável”.

Toda vez que a palavra ética é assim usada, independentemente da precisão conceitual demonstrada por aquele que a utiliza, exerce um efeito importante sobre os atores educacionais. A presença e o uso da palavra rememoram os compromissos fundamentais do educador e inibem, pelo menos um pouco, as manifestações daqueles que consideram “inevitável” a exclusão de alguns ou, pior ainda, “necessária” para que a escola finalmente “funcione”.

O uso da palavra inclusão tem demonstrado a presença daqueles que falam em nome de crianças, adolescentes e adultos que não estão completamente radicados na “forma” que pessoa adquire quando está na condição de aluno. Ou ainda, daqueles que falam em nome dos que não têm acesso a qualquer escola ou instituição educacional.

O uso da palavra ética freqüentemente é banalizado. Seu uso muitas vezes se refere simplesmente à expectativa de que as pessoas sejam “mais honestas”.

Trata-se de uma perspectiva importante, afinal de contas convém mesmo que todos sejam mais honestos. Porém, muitas vezes o uso da palavra ética como indicador de honestidade se torna parte dos jogos de palavras que dividem o mundo entre bons e maus entre os do bem e os do mal.

A integridade biopsicossocial de crianças e adolescentes diz respeito a quem? A todos?

E o que nós entendemos por todos?

No artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8069/90¹ deixa bem claro que a Sociedade, Família e Estado são responsáveis pelas crianças e adolescentes do país.

Esta lei representa um avanço na garantia dos direitos fundamentais, implantando a Doutrina de Proteção Integral assentada em três princípios: 1) Criança e adolescente como sujeitos de direito; 2) Destinatário de absoluta prioridade e 3) Respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Podemos considerar o Estatuto da Criança e do Adolescente como o instrumento jurídico que mais reproduz o que foi a conquista da democracia no Brasil, o que nos falta neste momento é entender que não basta apenas termos conquistado tal legislação e sim que se faz necessária uma mudança cultural no que diz respeito ao olhar que temos que ter para a criança e o adolescente, e o cuidado ainda maior para crianças e adolescentes em situação de pobreza, impregnados pelo estigma da delinquência latente.

É por este e por outros motivos que temos ainda muito que discutir e agir para que ocorra a real garantia dos direitos fundamentais e para tanto se faz necessária a articulação entre as instâncias do poder público e da sociedade formando o que o ECA preconiza em seu artigo 86 de Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 86º - A Política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Com o objetivo de se efetivar os princípios da prioridade absoluta e proteção integral, foi criado o Sistema de Garantia de Direitos, o qual se apóia em três eixos: promoção de direitos, defesa e controle social.

¹ O ECA é o detalhamento do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, ambos têm seus fundamentos na normativa internacional, a qual tem por base a Declaração Universal dos Direitos Humanos, portanto podemos afirmar que o Estatuto da Criança e do Adolescente é a tradução brasileira da Convenção dos Direitos da Criança.

A participação e o controle social foram guindados à condição de diretrizes no Sistema de Garantias de Direitos, tornando difusa e colegiada a responsabilidade pela promoção dos direitos da criança e do adolescente entretecendo-a nas relações sociais estabelecidas entre família, sociedade e Estado.

O que se apresenta como Sistema de Garantia de Direitos, pelo que se depreende de sua estrutura argumentativa, é que seu pressuposto se caracteriza pela busca da interação entre espaços, dos instrumentos e atores vislumbrados no interior de cada um dos eixos. Isso é fundamental para que ocorra a interação complementar entre os eixos.

Para tanto não podemos fechar os olhos para a realidade de negligência perpetuada pelos elementos acima mencionados. Assim, se faz necessário apoiar a formação continuada de profissionais, não apenas da saúde, mas da educação e assistência social.

Este programa procura estreitar o diálogo com o professor que está na sala de aula, especialmente aquele que se depara cotidianamente com a pressão gerada por números que supostamente revelam que seu desempenho é “insuficiente” em relação a parte do alunado.

Objetivos

- Trabalhar com tema da interação comunitária entre instituições públicas e comunidades utilizando a Escola Pública como instância mediadora.
- Fortalecer a compreensão de que os direitos humanos demandam transformar todos os ambientes sociais em esferas de proteção e combate às situações que geram vulnerabilidades para crianças e adolescentes.
- Contribuir com a prevenção dos casos de violência doméstica contra a criança e o adolescente.

- Instrumentalizar os profissionais da saúde, educação e assistência social para que possam efetivar ações no combate a violência domestica contra a criança e o adolescente.

Materiais e Métodos

As ações de educação continuada têm como ponto de partida a discussão teórica sobre o que costuma se designar por “alunos problemas” e, concomitantemente, são trabalhados os conceitos de forma social, ética e inclusão.

Para sistematizar essa conexão com a comunidade se vale da escola pública como unidade articuladora das demais áreas que são conectadas a este programa.

Trabalhamos com a noção de “escola protetora” com o objetivo de trazer para o cotidiano escolar um sentido amplo de proteção integral à criança e ao adolescente, co-responsabilizando as esferas educacionais, de saúde, de assistência social e jurídica com a avaliação constante dos índices de vulnerabilidade presentes no dia a dia desse segmento populacional que diariamente se deixa observar no âmbito da saúde e da educação.

Dessa maneira realizamos formação continuada que se relaciona ao conhecimento das áreas de saúde, psicologia, serviço social. É oferecida, por profissionais convidados, oficinas de formação, a fundamentação teórica se encontra no que é fundamental para compreender os pressupostos de uma escola protetora, a qual não esta sozinha diante da complexidade e das demandas que emanam da vida de crianças e adolescentes.

Resultados

Os participantes recebem formação teórica e orientação prática para reconhecer e prevenir violências contra crianças e adolescentes, especialmente àquelas relacionadas ao abuso sexual, à violação de direitos fundamentais e aos componentes simbólicos e subjetivos do desrespeito à integridade física, emocional, moral e intelectual da criança e do adolescente.

No processo de formação cada participante torna-se também cooperador dos projetos e pesquisa que acumulam informações sobre vulnerabilidades infanto-juvenis de modo a favorecer a produção de artigos e relatórios de pesquisa preparados para a difusão social dos direitos da criança e do adolescente. Iniciado em 2010, o Programa Escola que Protege já recebeu mais de mil profissionais de instituições públicas.

Até o presente momento foi possível verificar aumento considerável na capacidade profissional de abordar o tema das violências praticadas contra crianças e adolescentes com olhar mais crítico e apurado.

A apropriação de novos instrumentos teóricos e analíticos proporcionou aos participantes desenvolver um novo senso de análise, com o qual a intervenção passou a ser interpretada como responsabilidade cidadã, antes de ser responsabilidade técnica e profissional.

Conclusões

Quando adentramos a escola pública percebemos a densidade e a intensidade de alguns problemas cuja persistência nos faz pensar em temas que estão tatuados na pele da escola.

Quando se está no coração da escola pública se percebe com clareza que a reflexão sobre os problemas dos que não aprendem demanda, necessariamente, romper as fronteiras que estão demarcadas entre os temas educação e saúde e trabalhar para que nossas dúvidas a respeito das integridades física, intelectual, moral e emocional de crianças e adolescentes sejam abordadas sem reduzir a educação ao

adestramento do intelecto e a saúde à busca da cura para os males do corpo.

São incontáveis os momentos nos quais professores, gestores, pais e mães fazem a aproximação entre educação e saúde para elaborar, com os recursos argumentativos que têm, os diagnósticos da não-aprendizagem e os prognósticos sobre o futuro do aluno problema.

O crescimento do uso das estratégias de prevenção e também a reflexão teórica apurada serão, sem dúvida, instrumentos fundamentais para que as situações de fracasso escolar e de envolvimento com situações de abuso deixem de ser atribuídos às próprias vítimas e sejam, assim, entendidos como parte de dinâmicas sociais demasiadamente desequilibradas e desprovidas de harmonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália (Orgs). **Família: redes, laços e políticas públicas** – 3ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

ALVES, Renato, CUBAS, Viviane de Oliveira, RUOTTI, Caren. **Violência na escola: um guia para pais e professores** – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família** – Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BAIERL, Luzia de Fátima . **Medo Social: Da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. São Paulo: CMDCA, 2009.

CÂMARA, Sônia. **Por uma ação preventiva e curativa da infância pobre: Os discursos jurídico-educativos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920** in FERNANDES, Rogério, FILHO, Luciano Mendes de Faria, LOPES, Alberto. **Para a compreensão histórica da infância**. São Paulo: Autêntica, 2007.

CMDCA. **Sistema de diagnóstico da situação da criança e do adolescente na cidade de São Paulo** – São Paulo, 2007

CONANDA. **Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Documento Preliminar para Consulta Pública** Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, outubro, 2010.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município**. Editora Malheiros, 1993.

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. – 6ª Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ESTEVÃO, Carlos V. **Educação, Justiça e Democracia: um estudo das geografias da justiça em educação** – São Paulo: Editora Cortez, 2004.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Professor – Reflexos na sua formação e atuação**, São Paulo: Cortez Editora, 2008.

FERNANDES, Rogério, FILHO, Luciano Mendes de Faria, LOPES, Alberto. **Para a compreensão histórica da infância**. São Paulo: Autentica, 2007.

FISCHER, Luana, SCHOENMAKER, Luana (Orgs). **Retratos dos direitos da criança e do adolescente no Brasil: Pesquisa de narrativas sobre a aplicação do ECA** – São Paulo: Ceats/FIA, 2010

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31ª Ed, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Marcos Cezar (Org). **História Social da Infância no Brasil** – São Paulo: Cortez Editora, 1997.

_____. JR, Moysés Kuhlmann. **Os Intelectuais na história da infância** – São Paulo: Cortez Editora, 2002

_____. BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926 1996/)** – São Paulo: Cortez Editora, 2009

GONDRA, José – **História, Infância e Escolarização** – 1ª Ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2002.

LAHIRE, Bernard – **Sucesso Escolar nos Meios Populares – As razões do improvável**. Editora Ática, – Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar** – 20ª Ed, Campinas: Autores Associados, 2007.

RIZZINI, Irene, **A criança e a Lei no Brasil – Revisitando a História (1822-2000)** – Brasília, DF: UNICEF, USU, Rio de Janeiro: Ed Universitária, 2000.

_____. **O Século Perdido: raízes históricas das Políticas Públicas para infância no Brasil** – 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008

_____. PINOTTI, Francisco (Orgs). **A arte de governar crianças – A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil** – 2ª Ed. São Paulo, Cortez Editora, 2009

SAWAIA, Bader (Org/). **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social** – 6ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

SILVA, José F S, **Violência, Serviço Social e formação profissional** - in: **Serviço Social e Sociedade** – Ano XXV – nº 79 - São Paulo: Editora Cortez, 2004.

**Memorias Convención Internacional de Salud Pública. Cuba Salud 2012. La Habana 3-7 de
diciembre de 2012**

ISBN 978-959-212-811-8